

## ESCRIVIVÊNCIAS DO CAROLINA MARIA DE JESUS: SOBREVIVÊNCIA E ATRAVESSAMENTOS DE UM COLETIVO NEGRO

**NINA CARDOZO<sup>1</sup>; LARISSA GOUVÊA SOARES<sup>2</sup>; TAISHA CARVALHO ALVES<sup>3</sup>;  
PRINCE CHAIENE MEIRELES DIAS<sup>4</sup>; ELCIO ALTERIS DOS SANTOS<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – ninaufpel@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – gslarislена@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas – taishacarvalho@hotmail.com*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas – toprincemeireles.15@gmail.com*

<sup>5</sup>*Universidade Federal de Pelotas – elcio.to\_ufpel@hotmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

“A Gente combinamos de não morrer” (EVARISTO, 2017, p.7). O Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus, do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), foi criado com o objetivo de acolher os discentes negros advindos de cotas raciais; denunciar casos de racismo; servir como espaço de trocas e suporte para o enfrentamento do racismo institucional e estrutural que tem permeado a formação acadêmica; além de promover estudos descoloniais. Foi criado em maio de 2022, tendo sua apresentação para comunidade acadêmica, para os poucos presentes, na Acolhida dos estudantes do curso de Terapia Ocupacional em agosto do mesmo ano. A construção dos movimentos sociais negros, incluindo os coletivos negros, são motivadas pela percepção de si na sociedade, diante da história de apagamento desta população, bem como na busca de direitos básicos como a educação. Desta maneira, o pensar ético-político sobre a população negra deve estar presente dentro das instituições de ensino, especialmente superior, fortalecendo os coletivos negros e discussões que permeiam a circularidade do saber na formação de futuros profissionais formadores e minimizando práticas racistas que possam estar presentes no cotidiano e em produções científicas de um espaço originalmente embranquecido (QUINTERO et al. 2019).

A articulação da prática, campo e referenciais teóricos da Terapia Ocupacional alinhados com os coletivos negros podem consolidar linhas de resistências e caminhos para a manutenção de uma nova perspectiva a respeito do sujeito negro e suas experiências tanto a nível individual como coletivas dentro do ambiente acadêmico, assim entendemos esta articulação como parte do processo que visa combater injustiças, desigualdades sociais atribuídas historicamente a população negra (FARIAS, 2022; PACHECO; SILVA, 2007). Corroborando com o que temos presenciado ao longo de nossa história, ao qual fomos estudantes de nível fundamental, médio e agora superior, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem comprovando que embora sejamos maioria na população brasileira, compondo 56,1% do total no apontado último censo de 2022, ainda, na população entre 18 e 24 anos apenas 26,2% de nós, pretos e pardos estão estudando, e deste somos minoria também nas universidades com 15,3% (IBGE, 2023). Em contraponto, na mesma idade, às pessoas autodeclaradas brancas estão em 36,7% estudando e destes 29,2% na graduação (IBGE, 2023), o que nos leva a rememorar acerca da porcentagem distribuída para nós nas universidades, ao qual nos assegura como forma de reparação pelos mais de dois séculos em que nossos ancestrais foram

escravizados, e fruto de muita luta dos movimentos negros, uma subcota que acaba por destinar uma porcentagem muito baixa dos 50% das vagas para ingressantes da rede pública, assegurados pela lei n.º 12.711/2012<sup>1</sup>. Além da dificuldade de ingresso, muitos de nós abdicamos da universidade pelas dificuldades atravessadas no processo formativo (PETRUCELLI; SABOIA, 2013). Uma das principais dificuldades enfrentadas passa pela sensação de invisibilidade causada pela falta de figuras negras em assuntos abordados durante a graduação, como as referências de intelectuais negros nos planos de ensino, reforçando sentimentos dos quais levam o estudante frequentemente ao questionamento de pertencimento ao espaço universitário (RIBEIRO, 2017).

Para culminar, o ambiente acadêmico por vezes é permeado por situações adoecedoras para os estudantes negros, desde situações de racismo recreativo (MOREIRA et al.2021) até mesmo episódios explícitos de racismo para com os docentes e estudantes pretos e pardos. O Carolina, como carinhosamente chamamos nosso coletivo, foi responsável pela identificação desde sua fundação de diversos casos de racismo, onde quando necessário estimulou a organização de sindicâncias<sup>2</sup> para melhor apurar os eventos racistas acontecidos no espaço acadêmico, quebrando a lógica de impunidade e negligência que ao longo da história do pacto narcísico da branquitude, vem beneficiando e protegendo seus pares contra qualquer evento que sejam nomeados racistas e violentos (BENTO, 2015).

Entretanto, a intervenção e práticas que busquem romper com a lógica racista estabelecida e referente a hierarquização e domínio do saber, são pontos que expõem e tornam vulneráveis um coletivo negro, ao qual é recebido como incômodo por muitos que compõem a comunidade acadêmica, tão logo, é necessário que haja fortalecimento destes coletivos para poderem enfrentar os desafios aos quais se propõe a resolução. Assim, objetiva-se com o presente resumo relatar os desafios e atravessamentos que permeiam a sobrevivência, as ações e atividades do Carolina Maria de Jesus dentro do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas; apontando alguns pressupostos para o enfraquecimento e ritmo das ações.

## 2. METODOLOGIA

Elegemos apresentar nossa voz neste resumo, através da metodologia das escrivivências de Conceição Evaristo Soares; Machado (2017, p.207) ao estudar Evaristo, evidenciam que ela induz uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica, mas mais do que isso, conduz a reflexão dos temas através da enunciação de mulheres pretas. Tão logo, o tema abordado surge de diversos incômodos, atravessados pelo silenciamento vividos pelos estudantes membros do coletivo; pela escassez de participações da comunidade interna e externa a UFPel nas ações promovidas pelo coletivo negro Carolina Maria de Jesus; mas principalmente pela onerosidade na resolução de casos racismo institucional.

<sup>1</sup> Lei de Cotas, consagrada no ano de 2012, onde dispõe que 50% de estudantes que se autodeclararam negros, pardos ou com algum tipo de deficiência ingressem nas instituições federais de ensino superior.

<sup>2</sup> Processo de apuração/investigação sobre um acontecimento administrativo com pessoas que não estejam envolvidas no episódio de análise.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

*“Mas a positividade textual prevalece, apesar de tudo. Uma positividade em que escrever é, certamente, “uma maneira de sangrar”; mas também de invocar e evocar vidas costuradas “com fios de ferro”” (GOMES, 2017, p.8)*

Acreditamos que o evento disparador para esta escrita tenha sido motivado pela onerosidade da UFPel na resolução de casos de racismo. Tão logo, norteados pelo dever ético-político de resolução e no intuito de amenizar as desigualdades, fortalecendo o direito de transitar entre os espaços acadêmicos e realizar um ensino superior de qualidade, conquistado por direito, nos mobilizamos para não deixar passar esses casos, minimizando também a evasão desses estudantes pretos e pardos da universidade. Neste panorama, a onerosidade dos processos faz com que estes estudantes fiquem a mercê da resolução e em sofrimento mental ao qual relatam no Carolina. Outro fator importante é que através da finalização do contrato da mulher preta, docente substituta co-fundadora do Carolina, a manutenção das atividades, comunicação, orientação e articulação política ficou diminuída, resultando na dificuldade de manutenção das atividades e minimização da assiduidade dos participantes em reuniões presenciais, que ocorriam quinzenalmente. Desta maneira entendemos que o coletivo foi afetado pela falta de representatividade preta na docência como referência militante ativa dentro do curso.

Entretanto, ainda que com a existência do baixo fluxo de atividades e enfraquecimento dos vínculos, um ponto positivo é que desde a fundação egressos ou estudantes permanecem em contato através de um grupo de *WhatsApp* no qual compartilham eventos científicos, vagas de emprego, demandas acadêmicas, livros, artigos e informações sobre saúde da população negra. Em conjunto, não raramente, fazem-se presentes desabafos, mas também acolhimentos para com todos. Este espaço tem mantido sobrevivente o Carolina. Outro ponto essencial, é que o colegiado do curso de Terapia Ocupacional corrobora para que a presença do Coletivo se mantenha permanente através de um acento neste, o que vem auxiliando na resolução das pautas raciais levadas em reuniões quinzenais. Ainda tem promovido ações do Carolina nas acolhidas do curso. Entretanto, nas duas últimas acolhidas tivemos baixo público na ação do coletivo em comparação a outras ações da acolhida. Cabe também ressaltar que dentro do recorte racial, às mulheres negras, tem historicamente sofrido desvantagem pela sua cor de pele e condição de gênero, principalmente no acesso a cursos considerados de maior prestígio social como os da saúde, como identifica Queiroz; Santos (2016). Tão logo, visto da predominância de mulheres no curso de Terapia Ocupacional, após a existência do Coletivo Negro, notamos maior empoderamento de mulheres negras advindas de cotas raciais, sendo está uma realidade positiva e de mudança histórica.

Por fim, enfatizamos que as redes de apoio que acercam o Coletivo Negro e tem buscado conhecer nosso trabalho, são de extrema importância para que nos mantenhamos ativamente lutando pela causa racial dentro da Universidade, pois sob tantos casos de racismo e tentativas de silenciar a voz do Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus, ainda estamos de pé. Sendo assim, o processo abrupto de mudanças sofridas pela estrutura e modos de operar do Coletivo Carolina Maria de Jesus nos impactou emocional e politicamente e o sentimento de desesperança se fez presente por muitos momentos, porém acredita-se que para

existir e enunciar nossa identidade e ideais não basta apenas mérito e sorte, mas, sim, audácia. (JESUS, 1960).

#### 4. CONCLUSÕES

Em síntese, a enunciação da desmotivação e revolta de seus participantes, mas também da felicidade de pequenos ganhos desde a fundação do Carolina para cá, visam melhorias para o cenário acadêmico e principalmente aos estudantes negros inseridos neste ambiente majoritariamente embranquecido. Embora as dificuldades apresentadas neste resumo, a criação do Coletivo Carolina Maria de Jesus, temos convicção, vem mudando e atravessando positivamente a vida e futura prática profissional dos estudantes do curso de Terapia Ocupacional, mesmo que aos poucos, pois entende que a formação antirracista é fundamental para se ser um bom profissional.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, M.A.C. da. **O pacto narcísico da branquitude**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

FARIAS, M.N; Terapia Ocupacional Social: Contribuições Epistemológicas para um giro decolonial. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 1-11, 2022.

GOMES, H.T. "Minha mãe sempre costurou a vida com fios de ferro." In: EVARISTO C. Olhos d'água. 1. ed. – Rio de Janeiro: **Pallas: Fundação Biblioteca Nacional**, 2016.116 p. : il.

IBGE. Prévia Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2023.

JESUS, C. **Quarto de despejo**. São Paulo: Ática, 2019.

QUEIROZ, D.M; SANTOS, C.M, dos. As Mulheres Negras Brasileiras e o Acesso à Educação Superior. **Revista FAEEBA- Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n.45, p. 71-87, 2016.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Polén Livros , 2019.

PACHECO, J., SILVA, M. **O negro e a universidade**. Brasília: Editora Ética do Brasil, 2007.

PETRUCELLI, J.; SABOIA, A. **Características étnico raciais da população: classificações de identidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 17,n. 39, p.203-219, ago. 2017.